

QUESTÃO 57

Julgue os itens seguintes.

- ① Constitui crime deixar de pagar salário-família, salário-maternidade ou outro benefício devido ao segurado, quando as respectivas quotas e valores já tiverem sido reembolsados à empresa, salvo por motivo de falência ou concordata.
- ② Constitui contravenção penal deixar de incluir na folha de pagamentos da empresa os segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou autônomo que lhe prestem serviços, salvo por motivo de força maior.
- ③ O não-lançamento nos títulos contábeis próprios da empresa dos valores previdenciários descontados dos segurados caracteriza, tão-só, infração de ordem administrativa, que pode gerar a suspensão de eventuais empréstimos obtidos pela empresa junto a entidades financeiras oficiais.
- ④ Além da inabilitação para licitar e contratar diretamente com quaisquer órgãos da administração direta ou indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, os sujeitos que descumprirem a legislação previdenciária não poderão impetrar concordata, sujeitando-se, entre outras medidas restritivas de direitos, à interdição para o exercício do comércio, caso seja sociedade mercantil ou comerciante individual, e à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial.
- ⑤ Nas execuções fiscais da dívida ativa do INSS, os bens penhorados poderão ser arrematados mediante o pagamento parcelado do valor do lance, observando-se, em tais hipóteses, os mesmos critérios estabelecidos para o parcelamento administrativo do débito previdenciário.

QUESTÃO 58

Julgue os itens a seguir.

- ① Os delitos contra a Previdência podem ser objeto de apuração administrativa, estando os respectivos fiscais autorizados a efetuar a apreensão dos comprovantes de arrecadação e de pagamento de benefícios, mediante a lavratura do termo respectivo, não dependendo a ação penal correspondente, nessa hipótese, da conclusão da apuração administrativa.
- ② Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefícios, a Previdência deverá suspendê-los imediatamente.
- ③ Será cabível a concessão de liminar em ação rescisória ou revisional para suspender a execução de julgado que contemple fraude ou erro material contra a Previdência.
- ④ O fato de ser permitido aos devedores o recolhimento parcelado das contribuições em atraso devidas à Previdência Social descaracteriza o crime de apropriação indébita.
- ⑤ Segundo o direito vigente, ainda quando demonstrada a presença do *animus rem sibi habendi*, será extinta a punibilidade, caso seja efetuado o pagamento integral do débito previdenciário pelo devedor antes do recebimento da denúncia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 59

Acerca dos órgãos públicos e da organização administrativa, julgue os seguintes itens.

- ① Os ministérios, na órbita federal, são centros de competência constituídos por diversos órgãos subalternos; os juízos de primeiro grau, exceto os da Justiça Militar, são órgãos estatais titulados por uma só pessoa; o Conselho de Recursos da Previdência Social é órgão cujas decisões são tomadas pelo voto do conjunto de seus membros. Esses são exemplos, respectivamente, de órgãos colegiado, simples e composto.
- ② A doutrina administrativista mais recente firmou o entendimento de que todas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público têm natureza de autarquia.
- ③ Assim como as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as autarquias, as fundações públicas só podem ser criadas por lei específica.
- ④ A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Nacional de Saúde (FNS) são exemplos de entes que desempenham serviço público; elas, assim como as demais fundações públicas, submetem-se ao princípio da exigibilidade de licitação.
- ⑤ As empresas públicas e as sociedades de economia mista não se regem integralmente pelas normas do direito privado.

QUESTÃO 60

A respeito dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue os itens abaixo.

- ① Considere a seguinte situação: Luciola é servidora pública, encarregada de dar sequência a procedimentos administrativos no órgão em que trabalha. Em um determinado dia, ela chegou de mau humor à repartição e resolveu que nada faria com os autos sob sua responsabilidade, deixando para dar, no dia subsequente, o andamento devido a eles, o que realmente fez. Os autos administrativos sofreram apenas o atraso de um dia em seu processamento, e ninguém chegou a sofrer prejuízo em razão disso. Na situação descrita, Luciola, juridicamente, não infringiu seus deveres funcionais.
- ② Considere a seguinte situação: Ana é Delegada de Polícia Federal e tem, sob sua responsabilidade, diversos bens de alto valor apreendidos em ações policiais. Em certa e recente ocasião, em um dia de domingo em que estava escalada para trabalhar, Ana chegou cansada à repartição policial, devido à festa de aniversário a que compareceu na véspera e que se prolongou noite adentro. Ana dormiu durante boa parte de seu horário de trabalho nesse dia e, com isso, culposamente, propiciou que João, desonesto servidor do DPF, surrupiasse alguns dos bens sob custódia da referida servidora. A autoria da subtração jamais foi descoberta, concluindo-se pela culpa da Delegada. Na situação descrita, a ação de indenização cabível contra Ana, para ressarcimento do erário, poderá ser ajuizada independentemente de prazo.
- ③ Considere a seguinte situação: Ricardo é fiscal sanitário e, em operação de rotina, constatou que determinado estabelecimento comercial vendia alimentos impróprios para consumo. Segundo a normatização aplicável, competiria ao fiscal apenas apreender o produto e aplicar multa ao responsável. Ricardo, no entanto, acreditando que sua ação seria mais eficaz, também interditou o estabelecimento. Na situação descrita, a interdição é juridicamente inválida.
- ④ Considere a seguinte situação: uma lei permite aos estados da federação a emissão de títulos da dívida pública, cujo produto da venda deverá ser, em razão do mesmo instrumento normativo, aplicado exclusivamente nos serviços de saúde e educação. O governador de determinado estado deliberou emitir tais títulos, mas, devido às dificuldades por que passavam as finanças públicas estaduais, determinou a utilização dos recursos oriundos da negociação dos títulos no pagamento de dívidas para com fornecedores do estado e de vencimentos dos servidores públicos. Na situação descrita, como foi atendido interesse público, a utilização dos recursos foi juridicamente válida.
- ⑤ O poder de polícia é conferido à administração pública, decorre da supremacia do interesse público sobre o particular e implica a limitação de certos direitos dos cidadãos; entretanto, o exercício da atribuição de polícia pode ser delegado.

QUESTÃO 61

Em relação aos atos administrativos, considere os seguintes conceitos, cujos âmbitos estão graficamente representados ao lado:

- perfeição: qualidade do ato cujo ciclo de produção completou-se;
- eficácia: qualidade do ato apto a produzir seus efeitos;
- validade: qualidade do ato conforme o ordenamento jurídico.



Considere ainda que a representação gráfica dos conceitos pode estar certa ou errada. Em face desses conceitos e do gráfico, julgue os itens seguintes.

- ① Quanto ao conceito de eficácia, o gráfico está errado em parte, pois todo ato válido é eficaz.
- ② Quanto ao conceito de perfeição, o gráfico está errado em parte, pois todo ato perfeito é eficaz.
- ③ Todo ato eficaz é perfeito.
- ④ Pode haver ato eficaz e inválido.
- ⑤ Nem todo ato perfeito é válido.



QUESTÃO 62

Os administrados, para bem desempenharem suas atribuições na sociedade, carecem de comodidades e utilidades. Uma podem ser atendidas pelos meios e recursos que cada um dos membros da comunidade possui, outras só podem ser satisfeitas por meio de atividades a cargo da administração pública, a única capaz de oferecê-las com vantagem, segurança e perenidade. Todas as atividades da administração pública, destinadas ao oferecimento de comodidades e utilidades com essas características, constituem serviços públicos.

Diógenes Gasparini. *Direito administrativo*. São Paulo, 4.ª ed., Saraiva, p. 208, 1995 (com adaptações).

Com o auxílio do texto e considerando a teoria dos serviços públicos, julgue os itens em seguida.

- ① Se a empresa de transportes Viação Ligeirinho Ltda. venceu licitação para transportar passageiros entre estados, então esse serviço pode ser considerado serviço público, mesmo sendo explorado por sociedade privada.
- ② Quanto aos usuários, os serviços públicos podem ser gerais ou específicos (divisíveis, para alguns autores); o serviço de telefonia é um exemplo de serviço público divisível.
- ③ Considere que compete ao município determinado serviço público; então, caberá ao próprio município a regulamentação dele, mas, não obstante, competirá à União baixar normas gerais acerca da licitação para sua outorga a particular.
- ④ Todos os serviços públicos são, juridicamente, prestados aos membros da coletividade em caráter facultativo.
- ⑤ O requisito da generalidade do serviço público tem fundamento constitucional.

QUESTÃO 63

Acerca das licitações e dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- ① Considere a seguinte situação: determinada sociedade de economia mista, localizada na cidade de São Paulo, explora o serviço de fornecimento de energia elétrica e não possui quadro de procuradores. Ela necessita de contratar advogado para ajuizar dezenas de ações de indenização contra motoristas que, dirigindo culposamente, abalroam e danificam os postes de iluminação colocados nas vias públicas. Para tanto, resolve contratar um dos mais famosos escritórios de advocacia da cidade, invocando a notória especialização dele para não realizar licitação. Na situação descrita, a inexigibilidade de licitação é juridicamente inaplicável.
- ② Considere a seguinte situação: Mário é presidente da comissão de licitação de uma unidade do DPF e, certo dia, recebeu a visita de Pedro, cidadão brasileiro, que se identificou como tal e solicitou ao primeiro informar-lhe o cronograma dos atos de todas as licitações em andamento na repartição, pois pretendia acompanhar os atos não-sigilosos da comissão, daquela data em diante. Na situação descrita, Mário está obrigado a atender ao pedido de Pedro.
- ③ Em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o instrumento, uma vez publicado, não mais pode ser modificado em aspecto algum.
- ④ Todos os acordos de vontade firmados pela administração pública consideram-se contratos administrativos.
- ⑤ Mesmo após firmado contrato administrativo para fornecimento de bens por particular à administração, é possível, em certos casos, a modificação dos preços definidos no instrumento contratual.

QUESTÃO 64

No que se refere à intervenção do Estado no domínio econômico, julgue os itens abaixo.

- ① O tombamento implica a transferência de propriedade do bem tombado para o poder público, permanecendo o particular apenas com a posse direta da coisa.
- ② Tanto a União quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm, em princípio, o poder de declarar o tombamento de bens que digam respeito ao peculiar interesse de cada qual.
- ③ A requisição administrativa de bem ou serviço de particular pode não gerar o dever de indenizar.
- ④ Considerando o que estabelece o art. 243 da Constituição: "as glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei", tem-se, aí, caso de perda de propriedade que se amolda ao conceito tradicional de desapropriação.
- ⑤ Apenas as pessoas políticas – União, estados, Distrito Federal e municípios – podem declarar a desapropriação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 65

Suponha que tenha sido ajuizado mandado de segurança, por servidor público, postulando certa vantagem de natureza pecuniária, que estima devida em razão da função que desempenha, mas que não vem sendo paga. Com base nessa situação, julgue os itens que se seguem.

- ① A sentença de primeiro grau que vier a conceder a vantagem transitará em julgado, se não houver recurso da parte no prazo previsto em lei.
- ② A autoridade coatora estará obrigada a proceder ao pagamento da vantagem ao impetrante imediatamente após recebida a comunicação da concessão da segurança em primeira instância.
- ③ A sentença concessiva há de produzir efeitos financeiros somente a partir da data em que foi ajuizado o mandado de segurança, mesmo que a inicial comprove que a vantagem já era devida em meses anteriores a esse momento.
- ④ Havendo desistência por parte do impetrante, mesmo depois de intimada a autoridade coatora a prestar informações, a sentença deverá julgar o processo extinto sem o julgamento do mérito.
- ⑤ A autoridade coatora não tem legitimidade para recorrer da decisão que vier a conceder a segurança.

QUESTÃO 66

Constituição de 1988, no art. 5.º, LXX. b. dispõe que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por "organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados". Considerando os contornos essenciais do mandado de segurança coletivo, como desvendados pelo STF, julgue os itens a seguir.

- ① Somente interesses que configurem direitos subjetivos legitimam a válida utilização do mandado de segurança coletivo.
- ② Para que a entidade associativa impetre o mandado de segurança coletivo, não se exige que os beneficiados expressamente a autorizem a tanto.
- ③ Exige-se, para o cabimento do mandado de segurança coletivo, que se tenha em vista proteger direito peculiar e exclusivo da classe abrangida pela organização sindical impetrante.
- ④ Não é cabível o mandado de segurança coletivo que vise à defesa de direito de apenas alguns integrantes da classe abrangida pela associação impetrante.
- ⑤ O mandado de segurança coletivo preventivo não pode ser impetrado contra lei em tese.

QUESTÃO 67

O mandado de segurança individual, embora sendo remédio constitucional, tem as suas linhas básicas desenvolvidas pela legislação processual infraconstitucional, que não podem ser perfeitamente compreendidas sem o conhecimento da interpretação jurisprudencial que recebem, em especial do STF. Tendo em conta essa realidade, julgue os itens seguintes.

- ① O dispositivo legal, anterior à Constituição de 1988, estabelecendo prazo decadencial para a propositura de mandado de segurança, foi revogado com o advento da Lei Maior.
- ② Não pode ser concedida medida liminar em mandado de segurança que tenha por objeto aumento de vencimentos de funcionário público.
- ③ Os fatos alegados na inicial, não-contestados pela autoridade coatora, nas informações, são presumidos verdadeiros, dispensando-se o impetrante do ônus de prová-los.
- ④ Admite-se, excepcionalmente, diante dos termos das informações da autoridade coatora, que o juiz que preside ao feito do mandado de segurança determine a realização de perícia sobre os documentos que acompanham a inicial.
- ⑤ O juiz pode, diante de equívoco na indicação da autoridade coatora pela inicial, determinar, de ofício, a intimação da autoridade que entende pertinente.

10/10/2017 14:10:17

QUESTÃO 68

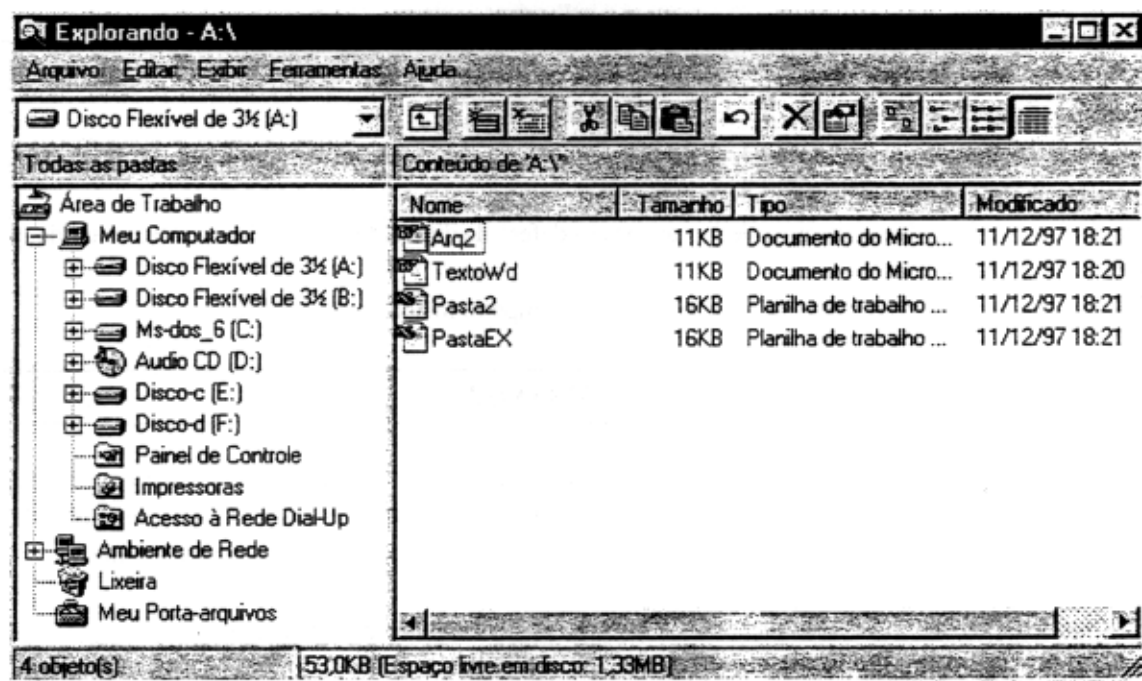
O mandado de segurança constitui garantia constitucional da maior relevância, inserindo-se entre os principais instrumentos que o Estado de Direito dispõe para “manter a Administração nos lindes fixados pelo legislador, a fim de não tornar inócuos os mandamentos legais” (Celso Barbi. **Do mandado de segurança**. Rio, Forense. p. 13, 1980) e no esforço para encontrar “formas processuais especialmente afeiçoadas para ajuizamento de demandas entre o indivíduo e a Administração” (id., p. 14). Por isso, em certas circunstâncias, o mandado de segurança segue institutos do processo civil tradicional e, em outras, rege-se por princípios processuais próprios. À vista disso, julgue os itens abaixo.

- ① Em regra, a sentença que indefere o mandado de segurança por falta de comprovação dos fatos constitutivos do direito postulado faz coisa julgada material, impedindo a renovação da demanda.
- ② Não se considera autoridade, para fins de mandado de segurança, quem não exerce cargo ou função no âmbito da Administração direta ou indireta do Estado.
- ③ Nos casos de mandado de segurança impetrado contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado, não se considera o Ministro autoridade coatora para fins de determinação de competência.
- ④ O mandado de segurança não constitui meio apto para desconstituir sentença transitada em julgado, mesmo que teratológica.
- ⑤ Uma das características essenciais do direito líquido e certo que enseja o mandado de segurança é a inexistência de controvérsia na interpretação da norma invocada pelo impetrante.

NOÇÕES BÁSICAS DE MICROINFORMÁTICA

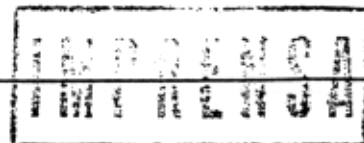
QUESTÃO 69

A figura abaixo mostra uma janela-padrão do programa Windows Explorer.



Com relação à figura, julgue os itens que se seguem.

- ① Os quatro arquivos indicados ocupam toda a capacidade do disco A.
- ② Pode-se excluir do disco A os quatro arquivos indicados, selecionando-os com o *mouse* e clicando no botão
- ③ O disco flexível A contém apenas arquivos do Microsoft Word, ou seja, arquivos de texto.
- ④ A janela indica a existência de apenas dois discos rígidos instalados.
- ⑤ O Windows Explorer não permite a redefinição do rótulo “Ms-dos_6 (C:)”.



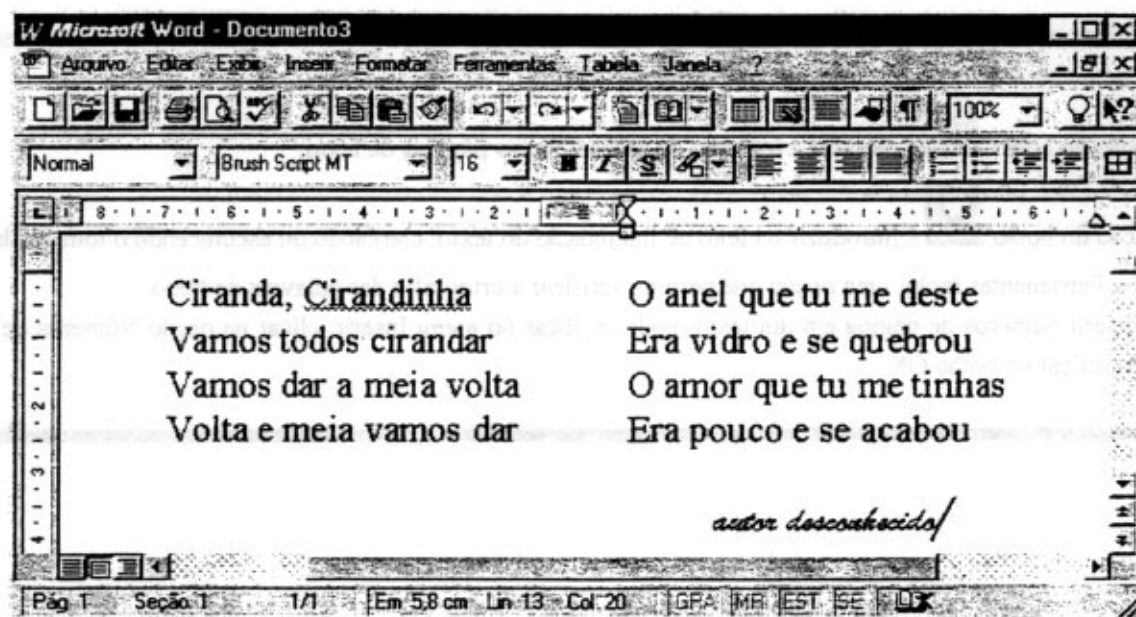
QUESTÃO 70

Com relação ao Windows 95, na sua configuração-padrão, julgue os seguintes itens.



- ① Para se excluir um atalho, é suficiente arrastá-lo para a lixeira.
- ② Apenas os arquivos de texto podem ser excluídos com o uso da lixeira.
- ③ Algumas das primeiras ações de uma das formas para ativar a proteção de tela do monitor são: clicar no botão Iniciar; apontar para a opção Configurações; clicar na opção Painel de Controle; dar um clique duplo no ícone Vídeo.
- ④ Um dos avanços do Windows 95 é permitir, por meio do Microsoft Explorer, a formatação de discos flexíveis de 3 1/2", mesmo com a proteção contra gravação ativada.
- ⑤ Apesar de constituir uma excelente ferramenta, o Windows 95 ainda apresenta a limitação de não possibilitar a utilização de ambiente de rede.

QUESTÃO 71

Figura a seguir apresenta um trecho da janela do programa Microsoft Word, versão 7.0, em sua configuração-padrão.






Julgue os itens que se seguem, relativos à janela apresentada.

- ① Todo o texto está escrito com a fonte Brush Script MT.
- ② No texto, a palavra **Cirandinha** foi sublinhada com a utilização do recurso **Sublinhado Especial**.
- ③ Se o texto inteiro for selecionado e o botão  for clicado, o texto todo se afastará para a direita.
- ④ Para selecionar quais barras de ferramentas aparecerão na tela, usa-se o *menu* Ferramentas, no qual está disponível a opção Barra de Ferramentas.
- ⑤ O botão  pode ter sido usado para formatar o texto da figura com duas colunas.

IMPrensa



QUESTÃO 72

Acerca do programa Microsoft Word, versão 7.0, julgue os itens a seguir.

- ① O botão , que geralmente aparece na região do canto superior direito da tela, permite tanto a maximização quanto a minimização da janela. Assim, quando o botão for clicado, a tela será minimizada, se estiver maximizada, e será maximizada, se estiver minimizada.
- ② A função do botão , que geralmente aparece na região do canto superior direito da tela, é fechar um aplicativo ou documento. Quando aparecem dois desses botões naquela região, um sobre o outro, o botão inferior é usado para fechar o aplicativo e o superior é usado para fechar um documento.
- ③ A função do botão  é mudar a página do documento.
- ④ O *menu* Arquivo não permite salvar um arquivo com outro nome.
- ⑤ A opção Configurar Página do *menu* Arquivo permite alterar as margens do texto.

QUESTÃO 73

Ainda a respeito do programa Microsoft Word, versão 7.0, julgue os itens seguintes.

- ① Para definir se a orientação do texto no papel seguirá o modo Retrato ou o modo Paisagem, os primeiros passos podem ser: clicar no *menu* Arquivo e clicar na opção Configurar Página.
- ② A função do botão  é permitir a inclusão de cabeçalho nas páginas de texto.
- ③ A função do botão  é introduzir o efeito de iluminação do texto, clareando ou escurecendo o tom das letras.
- ④ O *menu* Ferramentas inclui uma opção que permite verificar a ortografia das palavras do texto.
- ⑤ Para inserir números de página em um texto, pode-se clicar no *menu* Inserir, clicar na opção Números de Página e, em seguida, clicar no botão OK.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
GABARITO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - DRS / PROCESSO SELETIVO / EDITAL N.º 77/97 - DRS/ANP-DPF

| | | LÍNGUA PORTUGUESA | | | | | | | | | | DIREITO CONSTITUCIONAL | | | | | | | | | |
|--|---|------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|--------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | I | C | E | C | C | E | C | C | C | E | E | E | E | E | E | C | E | E | C | E |
| | I | C | E | E | C | C | E | C | C | C | E | E | E | C | C | E | E | C | E | E | E |
| | T | 2 | E | E | E | C | C | E | E | C | E | E | C | C | E | E | C | E | E | E | E |
| | E | 3 | E | E | E | C | C | C | C | C | E | C | E | C | C | E | C | E | E | E | C |
| | N | 4 | C | E | C | C | E | C | E | C | E | E | C | C | C | C | C | * | E | E | C |
| | S | 5 | C | E | E | C | C | E | E | C | E | E | C | C | C | E | E | E | E | C | C |
| | | DIREITO PENAL | | | | | | | | | | DIREITO PROCESSUAL PENAL | | | | | | | | | |
| | | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| | | I | E | C | E | E | C | E | C | C | C | E | E | E | E | C | E | E | E | E | C |
| | T | 2 | C | C | E | E | C | E | E | C | C | E | E | E | E | C | E | E | E | E | E |
| | E | 3 | C | C | E | C | C | C | E | C | E | E | C | C | E | C | E | E | E | C | * |
| | N | 4 | E | E | C | E | E | E | E | C | C | E | C | C | C | E | E | E | E | C | C |
| | S | 5 | E | E | C | C | E | C | E | C | E | C | E | E | E | C | C | E | E | C | C |
| | | DIREITO TRIBUTÁRIO | | | | | | | | | | DIREITO PREVIDENCIÁRIO | | | | | | | | | |
| | | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | | |
| | | I | C | E | C | E | E | E | E | C | E | E | C | E | E | E | E | E | E | C | |
| | T | 2 | C | C | E | C | C | E | C | E | E | E | E | E | C | E | E | E | E | E | |
| | E | 3 | C | E | C | E | C | E | C | E | E | C | C | E | E | C | E | C | E | C | |
| | N | 4 | E | E | E | E | C | C | E | E | C | E | E | C | E | E | C | C | C | E | |
| | S | 5 | E | C | C | C | C | C | E | C | C | E | C | E | E | C | C | E | C | C | |
| | | DIREITO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | DIREITO MICROINFORMÁTICA | | | | | | | | | |
| | | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | | | | | |
| | | I | E | E | E | E | C | E | E | C | E | E | C | E | E | E | C | E | E | E | C |
| | T | 2 | E | C | E | C | C | E | C | C | E | C | E | C | E | E | E | E | E | E | E |
| | E | 3 | C | C | E | E | C | E | C | E | E | E | C | E | C | E | E | E | E | E | E |
| | N | 4 | C | E | C | E | E | E | E | E | E | * | E | E | E | E | E | E | E | C | C |
| | S | 5 | C | C | C | C | C | E | C | C | E | E | E | E | E | E | C | C | C | C | C |

Obs.:
 Questão N.º 16 - item 4 - ANULADO
 Questão N.º 39 - item 3 - ANULADO
 Questão N.º 51 - item 2 - MUDANÇA DE C PARA E
 Questão N.º 68 - item 4 - ANULADO